

PODER ANFÍBIO

ESLEY RODRIGUES DE JESUS TEIXEIRA*
Capitão-Tenente (FN)

SUMÁRIO

Introdução
Amphibious power em *seapower states*
Diplomacia Anfíbia no século XXI
Por que precisamos de Poder Anfíbio?
Conclusões

INTRODUÇÃO

A manutenção de uma força de desembarque dentro da estrutura da Marinha é essencial a um *seapower* hodierno. Como podemos ver pelos ensinamentos de Till, as grandes tarefas de Marinhas pós-modernas impõem uma força de desembarque flexível e versátil, capaz de projetar poder (inteligente) sobre terra. A

Estratégia Nacional de Defesa (2008) determina que o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) é parcela “inseparável” da Marinha e a Força Expedicionária por excelência.

Os *seapowers* construíram seus impérios contando com o mar e navios para navegá-lo. Compreendendo o papel fundamental de um Exército para garantir a soberania de seu território, ameaçada, de tempos em tempos, por seus inimigos

* Além do Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais (CIASC, 2016), possui Especialização em Finanças Corporativas (FGV, 2013) e Mestrado em Administração de Empresas com ênfase em Finanças pela Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro. Atualmente, é mestrando no Programa de Pós-graduação em Estudos Marítimos (Linha de Pesquisa Política e Estratégia Marítimas) da Escola de Guerra Naval.

continentais, seus estadistas escolheram claramente seguir as ondas dos mares em vez das estradas de terra. Capaz de enriquecer pelo comércio marítimo e evitando o confronto terrestre, o mar foi responsável por transformar pequenas cidades-estados e países em potências comerciais, políticas e econômicas mundiais. Mesmo diante do desafio de construir uma enorme força naval, um círculo virtuoso¹ suportou a empreitada, permitindo que seu povo aprovasse democraticamente o processo de alargamento e manutenção do Poder Naval. O mar se tornou o jogador mais importante em suas vidas, e seus povos entenderam bem isso.

Por outro lado, a Rússia dos Romanov (e depois dos bolcheviques) e a Alemanha dos Hohenzollern constituem exemplos perfeitos de potências continentais. Usando grandes exércitos, batalhas terrestres decisivas e grandes guerras, potências continentais sempre estiveram conscientes de sua desvantagem logística, trabalhando para obter, o mais rapidamente possível, vitórias decisivas por meio de grandes batalhas, levando em sua esteira carnificina e miséria. Em poucas oportunidades as potências continentais foram capazes de desenvolver Marinhas que lhes garantissem superioridade temporária nos seus “mares de interesse”², nunca indo além do propósito principal de transportar seus exércitos, atacar o coração do inimigo com poder

esmagador ou oferecer risco ao inimigo como dissuasão, contando mais com o tamanho do exército embarcado do que com a habilidade e a potência de suas esquadras³. Russos, alemães e japoneses construíram Marinhas em tal panorama, seguindo conceitos navais mahanianos por impulsos do poder aristocrático, sem mudanças culturais e políticas que permitissem seu desenvolvimento sustentável.

Poderes marítimos e continentais, embora antagônicos, foram essenciais para a criação de um novo conceito de Potência, apenas desenvolvido por completo após o avanço tecnológico herdado das duas grandes guerras mundiais e dos posteriores “pequenos” embates do século XX (sobretudo as Guerras da Coreia e do Vietnã). Uma potência unimodal não consegue desempenhar um papel hegemônico no século XXI, seja pelo ambiente globalizado, seja pela compreensão de que os problemas em terra se refletem no mar ou de que os problemas do mar são reflexos dos terrestres. Em um tempo em que organizações não estatais podem tornar-se sérias ameaças e recursos desconhecidos destilar medo e pânico sobre a população mundial, países com (ou ansiosos para alcançar) predominância diplomática devem estar cientes da real importância do desenvolvimento do Poder Anfíbio.

O debate entre manter tropas anfíbias independentes ou subordinadas ao Exército em substituição às tropas atreladas

1 Como nos mostra Geoffrey Till, o desenvolvimento da Marinha engloba um círculo que liga comércio marítimo, recursos marinhos, força naval e supremacia marítima. Para transformar seu país em uma *seapower*, estadistas devem explicar ao seu povo a importância do desenvolvimento da Marinha Mercante, para então justificar a criação de um Poder Naval.

2 Pedro, o Grande conseguiu desenvolver uma Marinha capaz de fazê-lo vencer as campanhas de Azov do fim do século XVII e a Grande Guerra do Norte contra a Suécia. Espanha e França ofereceram grande perigo à Inglaterra durante longo tempo entre o século XVII e a primeira metade do XX.

3 O perigo de um desembarque anfíbio de Napoleão na Grã-Bretanha norteou o pensamento dos estadistas ingleses durante bom tempo. Foi a tarefa de impedir a união das esquadras francesas de Brest e Toulon que fez Nelson combater em Trafalgar, garantindo o controle inglês sobre Cádiz/Gibraltar e o comando inglês do Mediterrâneo.

à Marinha reaparece ao longo do tempo, enquanto contenções financeiras impõem duras condições para uma posição mais ativa e positiva do poder militar brasileiro. Ao mesmo tempo em que se compreende a crescente importância da segurança do território marítimo nacional (refletindo-se nos bilhões de dólares em investimentos realizados sobretudo no recente consórcio do submarino nuclear com os franceses), há uma grande compreensão da necessidade de se combater a progressiva obsolescência dos ativos anfíbios, apesar das recentes aquisições de navios multipropósito. A principal questão é “por que devemos manter uma tropa anfíbia, apesar da baixa possibilidade de guerra ou de participação em missões multilaterais do panorama atual?”.

Este artigo tem por propósito apresentar a importância da manutenção de uma tropa anfíbia *ready-to-go* após a análise da experiência de *seapower states*, alinhada ao antigo desejo brasileiro de se tornar respeitado e “grande” em assuntos externos. A primeira seção apresenta o papel histórico dos Fuzileiros Navais em *seapower states* e a simbiose entre os Fuzileiros Navais e a Marinha, observando-se que a tarefa de comandar o mar sempre esteve ligada ao controle de um pedaço de terra (um *chokepoint* ou ponto focal) que pudesse permitir à Marinha fazer o seu trabalho. A segunda seção mostra como os *seapower states* empregam seus fuzileiros navais no século XXI e como o Brasil deve seguir este caminho apesar da escassez financeira. Conclui-se o artigo mostrando que

um preparado e desenvolvido Corpo de Fuzileiros Navais é essencial não só para as missões expedicionárias, mas também para a defesa de território tão extenso e com litoral com tamanhas riquezas como o Brasil.

AMPHIBIOUS POWER EM SEAPOWER STATES

Ao longo da história, os oceanos foram dominados por países cujas Marinhas tinham o papel preponderante nos assuntos sociais, políticos e econômicos. Enquanto potências continentais desenvolviam seu poderio militar terrestre, *seapower states* construíram sua força a partir do comércio, das relações exteriores e da diplomacia, permitindo a criação de uma cultura marítima que os guiou através do sistema internacional⁴. Diante da crescente importância do mar, suas elites políticas, econômicas, sociais e diplomáticas criaram maneiras de como florescer (sobreviver) em ambientes hostis, fugindo da invasão e da guerra em tempos de turbulência e transformando-se em potências econômicas proeminentes devido à sua competência em lidar com as idiossincrasias da diplomacia naval⁵.

Apesar de sua natureza pacífica e comercial, *seapower states* sempre sentiram a necessidade de proteger as linhas de comunicação marítima (*Slocs – Sea Lanes of Communication*) e sua área marítima de interesse. Com este efeito, e devido à sua falta de recursos (sobretudo humanos, mas também de matérias-primas essenciais

4 Em seu livro, Andrew Lambert define *seapower states* de maneira diferente daquela de Mahan. Enquanto Mahan se concentra em uma abordagem naval-militar, Lambert explica que o desenvolvimento de uma cultura do mar e da estrutura político-democrática foi essencial para a construção de uma poderosa Marinha.

5 Assim como explicado por Golbery, as elites de um país eram, e na visão do autor ainda são, a principal fonte de determinação de objetivos de uma nação. Da mesma forma, pelos estudos de Lambert, Richmond, Volkogonov e Churchill (apesar de representante de ala conservadora), as elites (em uma democracia, aristocracia ou ditadura) são realmente o principal corpo para a construção da Grande Estratégia.

à indústria naval), foram obrigados a proteger pequenos pedaços de terras estrangeiras, sendo capazes de arregimentar alguns poucos soldados (em comparação com o seus homólogos continentais) e navios⁶. A capacidade anfíbia de *seapower states* sempre foi esmagadora, e uma fonte de perigo e preocupação para os seus rivais continentais. Ao contrário de suas contrapartes terrestres, *seapower states* podiam contar com suas Marinhas de Guerra a fim de transformar Slocs e *chokepoints* na fronteira exterior do inimigo, uma estratégia bastante inglesa⁷. Enquanto controlava Gibraltar e o Canal, oferecendo proteção aos países bálticos, a Grã-Bretanha foi capaz de evitar uma luta contra os navios de guerra do Mar do Norte, ao mesmo tempo que bloqueou a saída da Jutlândia (frota combinada da Suécia e Dinamarca – a última esmagada pela destruição de navios enquanto estacionados em Copenhagen, em 1801) e do Mediterrâneo (contra o perigo de junção das esquadras de Brest e Toulon).

Lambert argumenta que Atenas, Cartago, Veneza, Países Baixos e Inglaterra, países que confiaram no mar por muito tempo de sua existência, jamais ignoraram o papel das tropas anfíbias em sua Grande Estratégia. Na verdade, quando tentaram se transformar em potência continental, sua principal fonte de poder tornou-se

deletéria, e sua vantagem competitiva desbotou⁸. Em comparação com potências continentais, *seapower states* sempre apresentaram escassez de recursos, obrigando-os a investir em habilidades comerciais marítimas, como os fenícios e cartagineses. Navios, marinheiros e instalações marítimas⁹ eram o único caminho para sua sobrevivência entre os estados terrestres hostis. Antagonizando com os exemplos de persas, macedônios, romanos e franceses, grandes potências terrestres cuja logística representou sua vulnerabilidade crítica, *seapower states*, quando engajados em guerra contra um deles, focavam no corte antecipado do fluxo logístico, estrangulando-os por meio de restrições ao movimento comercial ou do próprio exército.

Seapower states são muito mais preocupados em manter o comércio e a paz em seu ambiente estratégico do que sobre a conquista da terra e pilhagem do tesouro do Estado inimigo. Conquanto controlar *chokepoints* e pequenos pedaços de território é essencial para este esforço, *seapower states* investem na expansão de suas fronteiras marítimas e comerciais, tornando o mar e suas Marinhas as fronteiras estendidas de seus territórios¹⁰. Corbett explica que uma Marinha adequada exige marinheiros habilidosos e navios modernos, atenuadores do poder esmagador de uma potência continental. Mas

6 Esta foi a principal preocupação dos britânicos desde que começaram a contar com os navios para a defesa de seu território. Essa é a razão pela qual o Báltico (onde o material para a construção dos navios chego) foi essencial para o cálculo estratégico de estadistas britânicos (ingleses) do século XV ao XVII.

7 Corbett, ao explicar os papéis de Nelson, no caso dinamarquês, e do Duque de Marlborough, na Guerra dos Sete Anos, mostra como a Marinha é responsável pela transferência da fronteira inimiga (na verdade, o raio de ação dos exércitos dos inimigos) para seu próprio território, permitindo a um *seapower state* as melhores condições de defesa, enquanto bloqueia portos ou destrói a capacidade de transporte e comercial dos inimigos.

8 Foi o incontrolável e avassalador movimento de expansão territorial de Atenas uma das causas do medo de Esparta, dando ensejo à Guerra do Peloponeso.

9 Segundo Richmond, navios, marinheiros e estaleiros são o tripé da Marinha, seja de Guerra, seja Mercante.

10 A expansão constante das fronteiras do Império Russo (152 km²/ano a partir de Miguel Romanov)/União Soviética (especialmente sob Josef Stálin) prova que o foco de energia continental clássica está na ampliação de suas fronteiras terrestres pelo aumento do exército e pela supressão de povos vizinhos. Pelo contrário, *seapowers* garantem a segurança das Slocs e a de seu território, ao mesmo tempo que promovem a estabilidade econômica.

marinheiros habilidosos só são forjados pela experiência e pelo profundo entendimento de sua profissão, exigindo não só navios, mas o pleno desenvolvimento da consciência marítima e da cultura do mar, cabendo, não raro, ao Estado o ônus do projeto, como, por exemplo, os diversos Atos de Navegação da Inglaterra (o de 1651 reveste-se de importância, uma vez que prioriza o renascimento dos navios mercantes, na construção naval e na atividade pesqueira)¹¹. Acima de tudo, os Atos de Navegação de 1660, sob Charles II, foram de grande importância para o desenvolvimento e a maturidade do papel do Poder Anfíbio, pois sublinharam a importância de capturar bases no exterior para fornecimento às frotas britânicas, mantendo-lhes e proporcionando-lhes proteção e controle das Slocs, ao mesmo tempo que aumentavam sua capacidade de apoio logístico.

As condições que levaram às decisões políticas inglesas, assim como às dos atenienses e cartagineses, foram geoestratégicas: necessidade de garantir o controle marítimo dos Slocs e *chokepoints* para

**Marinheiros habilidosos
só são forjados pela
experiência e pelo profundo
entendimento de sua
profissão, exigindo não
só navios, mas o pleno
desenvolvimento da
consciência marítima e da
cultura do mar**

defender sua pátria (um pequeno pedaço de terra, rodeada de territórios hostis ou inimigos) contra agressões (a primeira de toda a Europa, a segunda de Esparta e a terceira de Roma, ambas potências militares-terrestres superiores), mantendo o nível de suprimento para a sobrevivência de seu povo. Até mesmo o sistema de fortalezas sob William I, o Conquistador, não foi capaz de dissuadir os Bourbon (primeiro os espanhóis, em seguida os franceses e depois uma combinação espanhol-franca) de tentar invadir a Grã-Bretanha. A maior fortaleza que os britânicos poderiam construir contra as agressões estrangeiras era uma Marinha com condições não só de evitar desembarques em territórios britânicos, mas de bloquear

qualquer inimigo em qualquer local do mundo, uma vez que as colônias eram essenciais na manutenção do comércio. Para garantir isso, no desafio de Elizabeth Tudor contra Filipe Habsburgo, a Inglaterra viu-se obrigada à defesa da Holanda e da Irlanda, tanto por sua Marinha como por suas tropas anfíbias¹². A captura de Cádiz (Gibraltar) foi mais uma prova da

11 Após o declínio de seu poder marítimo infligido pela compressão do Poder Naval em prol do Poder Militar realizada por James I (diminuição das despesas navais de £ 50.000-£ 60.000 para £ 30.000), os britânicos perceberam (após os 30 anos de guerra) que, para sua sobrevivência, eles precisavam de uma Marinha forte, capaz de manter a cadeia de abastecimento entre a Grã-Bretanha e suas colônias, e impor uma ameaça para o desenvolvimento de outras Marinhas que poderiam transportar exércitos de invasão (como a expedição de Filipe II sobre a Irlanda durante o reinado de Elizabeth I – nesta ocasião, os espanhóis apenas foram rechaçados após a realização de uma operação de contradeseembarque).

12 Durante a guerra contra a Espanha, a Inglaterra usou a Marinha para bloquear o fornecimento de materiais vindos do Báltico, de grande importância para a Espanha para aumentar e manter sua superioridade naval. Em uma política naval equivocada, a Inglaterra não usou seus navios para bloquear os navios comerciais que vinham da América Espanhola, que provavelmente estrangulariam o esforço de guerra de Filipe II, permitindo a que a guerra fosse bem mais rápida que os seus 18 anos.

nova consciência marítima dos estadistas ingleses, enriquecida pelo conhecimento das condições geográficas e do uso de seus pontos fortes e limitações (relembre-se que este importante ponto focal foi o primeiro a ser capturado pelo Duque de York e pelo Regimento de Infantaria Naval de Albany em 1704, tropa que gestou os Royal Marines). O ataque sobre Puerto Rico e a captura da Jamaica durante a experiência republicana inglesa foram outros. Apesar da mudança da Monarquia para República, a Inglaterra continuou concentrando-se no mar, capturando/mantendo bases e desenvolvendo o comércio entre as nações¹³. Estadistas ingleses compreenderam, sobretudo após a Guerra contra Filipe II da Espanha, a importância não apenas de navios de linha, mas de um exército grande o suficiente para garantir bases territoriais para o abastecimento dos navios e a segurança do território nacional. Estas medidas constituiriam a estratégia britânica hoje bem conhecida de manter o comando do mar, destruindo a frota inimiga, quer por assaltos anfíbios, quer por meio do estrangulamento da cadeia de suprimentos do inimigo, impedindo o funcionamento adequado de seus estaleiros¹⁴, confiando na aliança com poderes terrestres para deslançar ataques decisivos no coração do inimigo. Foi neste íterim que o Primeiro-Ministro britânico William Pitt

gerou o que ficaria conhecido, no século XX, como *Two-Power Standard*.

Atenas era a cidade comercialmente mais proeminente da Grécia após as Guerras Médicas. Ao tornar-se um *sea-power state*, ela moldou toda sua cultura sobre o mar (a construção do Parthenon com sua entrada voltada para Salamina, modelagem de moedas com figuras marinhas e criação de deuses e deusas marítimos). Constituindo-se Atenas como uma *demokratia* comercial proeminente, seu povo (na verdade, os homens não-escravos maiores de 21 anos de idade) percebeu que, para garantir o “seu lugar ao sol”, precisava confiar em duas características principais: uma Marinha forte o suficiente para manter a continuidade do seu comércio e um Exército forte o suficiente para manter a segurança da Marinha e da cidade. Atenas foi capaz de manter uma força de baixo perfil militar durante um bom tempo, gerenciando o grande comércio do Mediterrâneo e mostrando-se como uma potência pacífica, preocupada com o desenvolvimento mútuo das nações¹⁵. O aumento de sua despesa militar e a tentativa de tornar-se uma potência continental fizeram espartanos se preocuparem com suas verdadeiras intenções, deflagrando a Guerra do Peloponeso¹⁶.

O caso de Atenas é muito paradigmático, uma vez que, abdicando de sua

13 Richmond, p. 55.

14 Corbett descreve essa estratégia na abordagem de Nelson sobre a França Revolucionária (Batalha de Abukir), a Dinamarca (Batalha de Copenhagen) e a França Imperial (Batalha de Trafalgar). A batalha decisiva, enquanto sempre usada por um poder maior para destruir o menor, foi bem compreendida por alemães (Batalha de Coronel), japoneses (Port Arthur, Tushima e Pearl Harbor) e americanos (Midway e do Golfo de Leyte). Com as novas tecnologias, o poder aéreo e os submarinos combinados às capacidades *antiaccess/area-denial*, batalhas decisivas serão menos importantes para a definição dos vencedores de batalhas de mar.

15 Tucídides mostra, em sua *História da Guerra do Peloponeso*, que Atenas, a democracia mais desenvolvida do mundo grego, não mostrou misericórdia para com os Mélios ao apresentar os argumentos para as ações que tomou.

16 Em *Destined for War*, Graham Allison apresenta vários casos de guerras que começaram por causa do medo da mudança do *status quo*, sobretudo quando uma potência emergente ameaça a hegemonia da potência estabelecida. Como demonstrado neste livro, a Guerra do Peloponeso foi o primeiro dos muitos exemplos da Armadilha de Tucídides.

“maritimidade” e abraçando os valores terrestres de potências continentais, a vantagem competitiva dos atenienses tornou-se inócua, e, finalmente, levou-os ao esquecimento e à destruição total. Cartago não se esqueceu de sua vantagem marítima, mas não poderia sobreviver contra o poderoso Exército romano. Sendo completamente derrotada após a Terceira Guerra Púnica, Cartago teve todos os seus navios destruídos e sua capacidade naval desapareceu. A *Republika* romana, com medo da *Demokratia* cartaginesa, queimou os navios e, culturalmente, transformou Cartago no diabo do Mediterrâneo, o mesmo que Napoleão, mais de dois mil anos mais tarde, faria com Veneza, um dos *seapowers* da história. Cartago tinha a mesma estratégia para as suas tropas anfíbias que Atenas no início de seu desenvolvimento como potência (nos primeiros anos após a guerra contra a Pérsia) e Veneza: garantir pequenos territórios que lhe permitissem manter seu comércio intocado. O arranjo mais incongruente da história comum destes três *seapower states* (Atenas, Cartago e Veneza) foi a tentativa de Atenas de se tornar uma potência continental. Mesmo os holandeses, cuja Companhia das Índias Orientais foi responsável por um império colonial gigantesco no sul da Ásia, no Caribe e nas Américas, estava bem consciente das deficiências militares inerentes a *seapowers*, evitando uma guerra terrestre contra a Espanha,

uma potência continental monstruosa¹⁷. Após o desmantelamento da Armada dos Habsburgo pelos ingleses, os holandeses puderam expandir, livres dos perigos que outrora ameaçavam seu território.

O papel do Poder Anfíbio em *seapower states* ao longo da história reflete o fato de que tropas especializadas em desembarque não foram forjadas para se tornar a ignição de uma campanha, tampouco não possuíam a mesma força de tropas *follow-on* (hoje desempenhadas pelo Exército) destinadas a conquistas ou batalhas decisivas. Os desembarques anfíbios visavam ao controle de portos e pontos focais, permitindo maior controle do mar (sua negação de uso) e estabelecimento do Exército. Acima de tudo, tropas de Fuzileiros Navais foram essenciais para garantia da segurança de suas linhas de comunicação marítimas¹⁸. As Guerras Púnicas e as Cruzadas (especificamente o Cerco de Malta, a expansão otomana através da costa mediterrânea da África e da Península Ibérica e a Batalha de Lepanto) são evidências de que *seapowers* não têm a pretensão de se envolver diretamente em guerras terrestres, unindo-se com potências continentais militares sempre que poderes continentais ameaçam sua soberania e a liberdade de comércio essencial à sua sobrevivência¹⁹. As Guerras Elisabetanas contra Felipe de Habsburgo, as Guerras da Revolução do século XVIII e a Guerra Napoleônica são uma prova dessa teoria: enquanto a Marinha britânica preocupou-se em manter o

17 Como bem conhecido, e bem explicado por Lambert, desde a Guerra dos Trinta Anos a Grã-Bretanha mantém um mecanismo bem concebido de alianças com potências continentais, que lhe permitem manter o comando do mar (e desmantelar cadeia de suprimentos do inimigo) enquanto seu aliado continental envolve-se em grandes batalhas terrestres. Isto foi feito nas guerras contra Napoleão, na Crimeia e nas duas Grandes Guerras.

18 Estudando a história de Atenas, de Cartago, de Veneza e da Inglaterra, vê-se que as tropas anfíbias foram utilizadas na conquista de pequenos pedaços de terra e colônias (ou seja, manutenção do fluxo logístico) e em resposta à agressão.

19 Na Batalha de Lepanto, apesar do grande esforço naval feito por Veneza, o maior peso em homens e soldados perdidos foi espanhol.

inimigo longe do território britânico e na manutenção do controle do Mediterrâneo pela caçada a Napoleão²⁰, os diplomatas estavam envolvidos em preservar as coroas da Europa unidas contra o Sacro Império e Bonney, o Ogro²¹. Em Waterloo, apesar dos mais de 65 mil homens da última Coligação, Wellington levou menos de 30 mil ingleses, sendo o exército da Coligação formado por alemães de Hannover e holandeses-belgas²². Na verdade, a grande campanha britânica no continente (Guerra Peninsular) só foi mantida e apoiada pelo Parlamento devido à importância que a Península Ibérica representava para o controle de Gibraltar e Malta²³. Na Guerra da Crimeia (quando os britânicos aliaram-se com a França contra a Rússia) e na Primeira e Segunda Guerras Mundiais (quando a Inglaterra aliou-se à França e à Rússia contra a Alemanha, um resultado inesperado para o panorama europeu da época), esta estratégia de aliar-se a poderes terrestres ficou patente. *Seapower states* não estão interessados em grandes vitórias terrestres e batalhas decisivas, mas estão dispostos a lutar pelo controle de linhas de comunicações e pela perpetuidade do seu fluxo de comércio²⁴. Para eles, batalhas decisivas devem ser travadas no

mar (Batalha do Cabo Trafalgar, em 1805 e das Falklands, em 1914, por exemplo).

Pelo exposto acima, podemos citar três importantes tarefas do Poder Anfíbio em *seapower states* do passado. Primeiro, forças de desembarque são especializadas na obtenção de pequenos pedaços de território, permitindo a navios mercantes o fluxo livre e a navios de guerra ir em terra para reabastecimento, descansar sua tripulação e manter-se em seu caminho, refletindo a continuidade do comércio e do controle de áreas marítimas e linhas de comunicação de interesse²⁵. Na ausência de mão de obra em abundância e pouco dispostos a perder os poucos homens disponíveis, *seapower states* basearam-se nas alianças com estados continentais (como Britannia fez a respeito da Entente e das Forças Aliadas de Rússia/União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, França e Estados Unidos da América – EUA nas guerras mundiais) para garantir a sua segurança externa e os seus interesses terrestres ligados ao equilíbrio de poder. Um *seapower state* está disposto a envolver-se em guerras somente quando a principal motivação é a ameaça à liberdade de navegação e a intenção, por uma potência continental ou uma potência marítima emergente, de

20 Em *Inteligência na Guerra de Keegan*, a grande perseguição de navios de Nelson sobre Napoleão é descrita magistralmente.

21 Elizabeth e George III compreenderam da pior maneira (primeiro após 18 anos de uma sangrenta guerra contra a Espanha, e depois após perder as colônias na América) que a Inglaterra (e, depois de 1801, Grã-Bretanha) precisava dirigir seu enfoque para o mar, uma vez que não possuía o mesmo acesso aos materiais necessários para sustentar um exército grande e forte, sobretudo um exército em campanha.

22 Na página 481, Englund descreve o exército de Wellington em Waterloo. Os franceses tinham mais de 76 mil homens.

23 O domínio da Península Ibérica era essencial ao controle dos portos espanhóis que ainda circundam Gibraltar, impedindo ameaças ao comando britânico do Mediterrâneo.

24 Uma forma clássica de luta dos ingleses, que se tornou bastante americana, é cortar o acesso do inimigo a suas Slocs. Os alemães fizeram o mesmo em ambas as Grandes Guerras, mas não conseguiram acompanhar a capacidade industrial colossal dos Aliados, aumentada, logicamente, pelo “poder e força” do “Novo Mundo”.

25 Isso é claramente evidente quando observamos como o português foi capaz de atravessar o Cabo da Boa Esperança, conquistando território africano e construindo fortalezas para servir como portos seguros e lugares de descanso para a sua tripulação, além de entrepostos comerciais.

estabelecimento de uma ordem mundial que restrinja a liberdade dos mares²⁶.

Em segundo lugar, poderes anfíbios foram projetados para trabalhar juntos e para a Marinha, dependendo de seus navios para existir e realizar suas missões (o assalto anfíbio ainda é uma tarefa da Marinha, preocupada com o controle de áreas marítimas). Um poder anfíbio é indissociável da sua componente naval porque não foi constituído com o mesmo propósito de um exército nem construído sobre uma posição da defesa. Tropas do mar foram projetadas para as praias de assalto (neutras ou hostis) e realizar tarefas operacionais ou estratégicas, muito mais que táticas. O uso de operações anfíbias por Pedro Romanov durante suas campanhas de Azov ou durante a guerra contra Charles II demonstra que mesmo potências continentais podem lucrar com essas tropas especializadas. O United States Marine Corps (USMC), a maior e mais avançada das tropas de desembarque da História, é, sem sombra de dúvidas, o maior dos exemplos²⁷. Estruturado sob o secretário da Marinha, o USMC cumpre sua missão por meio de *Marine Expeditionary Units* (MEU), um colosso que incorpora navios, aeronaves e diversas armas de um exército regular. A flexibilidade e a versatilidade de tal

força de desembarque permitem que o decisor (um rei, um czar, um presidente ou um primeiro-ministro) possa dosar a força necessária para alcançar os propósitos políticos. Essa é a principal diferença entre o poder projetado a partir de um navio multiuso ou um submarino balístico: o último só pode trazer destruição e não permite ao atacante a flexibilidade e a versatilidade necessárias ao panorama hodierno.

Em terceiro lugar, forças anfíbias de *seapower states* são apenas suficientes para que a política consiga jogar seu jogo no panorama anárquico do mundo pós-Guerra Fria, trabalhando como o braço terrestre da Marinha, e projetando poder sobre terra. As tropas que perfazem o movimento navio para terra fornecem aos *seapower states* grande capacidade de fortalecer suas ações, o que lhes permite manter um exército adequado para a defesa do território nacional. A Grã-Bretanha apenas aumentou o número de soldados no Exército Real quando houve uma verdadeira ameaça de invasão²⁸. Mesmo quando vocacionados para o aumento de suas colônias, os britânicos não estavam preocupados com o tamanho de seu Exército em tempos de paz, recorrendo a mercenários e voluntários em tempos de guerra. A Marinha elisabetana, por

26 Após o Tratado de Tilsit, e apesar da conhecida relação entre o Imperador e a polonesa Condessa Walewska, a principal razão para a campanha de 1812 foi o fato de que os russos, então sob o Czar Alexander, ainda mantinham negócios com os britânicos, desrespeitando o Bloqueio Europeu instituído por Bonaparte. Os norte-americanos, na Primeira e Segunda Guerras Mundiais, foram motivados pela guerra naval irrestrita dos alemães.

27 De acordo com Lambert, os Estados Unidos não podem ser contados como *seapower*, principalmente porque eles não desenvolveram uma cultura marítima como Grã-Bretanha, Atenas, Cartago ou Veneza. O *Sea Power* criado pela teoria mahaniana teve por propósito a expansão naval, em vez de nascimento de uma cultura marítima e desenvolvimento comercial.

28 Em Richmond, pode-se encontrar diversas vezes em que o Exército (e a Marinha) foi reduzido após uma grande guerra. Esta falta de recursos para a manutenção das Forças Armadas refletiu-se constantemente na prontidão para campanhas expedicionárias e no alcance das forças singulares. O foco na manutenção de uma Marinha forte, mais tarde, foi outra razão pela qual estadistas britânicos decidiram manter um pequeno Exército em detrimento de uma enorme Marinha, fazendo das linhas de costa inimigas suas fronteiras práticas, assim como Corbett advoga.

outro lado, era formada por soldados e marinheiros profissionais²⁹, construída por militares experientes e confiante em uma gerência da cadeia de suprimentos inigualável, cujos materiais vinham principalmente dos países bálticos. Isso também impôs uma diplomacia suave, destinada a manter uma *commonwealth*, em vez de um Império³⁰. A imposição de modos de vida e instituições políticas não é um *modus operandi* de *seapower states*. Por outro lado, americanos e russos, no decorrer da Guerra Fria, não se preocuparam muito com a forma como outros países do globo receberiam suas tropas, contando com o poder de fogo superior e tecnologia, bem parecido com a forma como Roma tratou Cartago, ou como Esparta tratou Atenas, ou a França Revolucionária trataria Venezuela³¹.

O Poder Anfíbio da maioria das potências continentais era constituído por parcelas do Exército, corroborando com a sua maneira romano-imperial de fazer diplomacia (o lema américo-rooseveltiano *speak softly and carry a big stick* é muito diferente do britano-salisburyano *Splendid Isolation*, ou dos objetivos

eternos e perpétuos de Palmerston). Rendições incondicionais, como as exigidas pelos vencedores do Peloponeso e das Guerras Púnicas, também foram impostas pelos vencedores continentais das guerras mundiais³². *Seapower states* estão preocupados com a reabilitação do inimigo³³ e do reinício do fluxo de bens através dos oceanos³⁴. É por isso que os esforços de Von Muller no Índico e de Von Spee no Pacífico Sul, durante o início da Primeira Guerra Mundial, foram um problema para a segurança interna britânica e o apoio político a favor da Guerra³⁵.

Compreender os objetivos políticos de um Estado é essencial para reconhecer o tamanho e o poder de seu primeiro ataque. O USMC, assim como as tropas de desembarque da Rússia de Pedro, é um exército militar vocacionado para projetar a força suficiente para uma batalha decisiva, em vez de apenas fixar as bases necessárias para a Marinha. *Seapowers* também se envolvem em batalhas decisivas, mas no mar, com a utilização de navios, deixando as decisões em terra para os poderes terrestres aliados.

29 É verdade que, durante um longo período, marinheiros foram prospectados nos negócios de pesca e corso.

30 A Comunidade britânica foi instituída por Cromwell durante a experiência republicana britânica e, em seguida, pela Declaração de Balfour de 1926.

31 O destino de Cartago foi o pior deles. Seus cidadãos foram obrigados a migrar seis milhas para o interior, e toda a sua cultura marítima foi destruída, junto com seus navios e instalações de estaleiros.

32 O mesmo tipo de tratado de paz foi imposto a Cartago após as Guerras Púnicas.

33 Sem dúvida, não se pode esquecer da figura de Lord Darlington em *Remains of the Day*, um nobre inglês mais preocupado com o reerguimento da Alemanha de Weimar do que com a contenção do rearmamento teutónico. Esta cultura está ligada ao projeto de manutenção da *pax britannica* (um balanço controlado de poder), uma contraposição à *pax romana/americana* (obtida por meio da imposição de superioridade bélico-militar). A contraposição da Guerra de 1812 entre EUA x Inglaterra e a invasão soviética da Alemanha de Hitler também são exemplos desta diferença.

34 A política de apaziguamento, mesmo tendo sido motivada, principalmente, pelo medo da guerra que foi instalado no coração dos franceses e bretões, também foi uma atuação diplomática clássica de *seapowers states*.

35 Von Spee, no Pacífico, e Von Müller, no Índico, tornaram-se as maiores ameaças para o comércio britânico durante os estágios iniciais da Primeira Guerra Mundial. Foram necessárias duas grandes batalhas para colocar Von Spee fora da comissão e um alto nível de inteligência para destruir Von Müller. Os esforços de Von Müller, por exemplo, causaram grande aflição na bolsa de futuros de *commodities* de Londres, graças ao afundamento de diversos navios carvoeiros.

DIPLOMACIA ANFÍBIA NO SÉCULO XXI

Apesar do objetivo clássico de uma Operação Anfíbia em *seapower states* (conquista de um porto abrigado ou de um ponto focal), este tipo de operação já foi largamente utilizado para depor governos ou ajudar organizações *pro-us-against-them*. Como campanhas terrestres no passado (com foco na conquista de fortalezas), uma campanha anfíbia tem seu foco na conquista de ilhas ou pedaços de terra (a Batalha do Pacífico é um exemplo clássico). No novo panorama global, no entanto, as demandas são diferentes para um *seapower state*, exigindo tarefas diversas das tropas anfíbias e uma atuação de amplo espectro.

Operações Anfíbias representam a mais complexa das operações militares³⁶. A integração dos poderes naval e aéreo com o intuito de apoiar o desembarque de vários meios terrestres, incluindo veículos blindados, equipamentos de engenharia e enorme contingente de soldados e seus suprimentos, controlando ao mesmo tempo uma grande parte da linha de costa inimiga, apenas pode ser realizada por meio de grande desenvolvimento tecnológico e doutrinário. Para que um país consiga

tornar sua Marinha capaz de realizar tal operação, ele precisa combinar navios especializados, tropas, poder aéreo capaz de assegurar seu avanço durante o movimento navio para terra e uma capacidade hercúlea de comando e controle, integrando aeronaves, tropas de desembarque (homens e uma miríade de veículos) e navios. É compreensível, portanto, que haja um largo orçamento para ser investido em pesquisa e desenvolvimento de novos ativos (*hardware e humanware*) e tecnologias. Operações anfíbias são,

**Operações Anfíbias
representam a mais
complexa das operações
militares. Envolvem alto
nível de comunicação,
comando, controle,
computação, inteligência e
consciência situacional**

pela sua natureza, as atividades que envolvem alto nível de comunicação, comando, controle, computação e inteligência, exigindo do comandante da Força de Desembarque e de seu estado-maior uma alta consciência situacional. Ao mesmo tempo, o nível de suprimentos deve

ser compatível tanto com a capacidade dos navios como com as necessidades das tropas. Soldados que executam operações de desembarque devem estar cientes das vicissitudes da vida a bordo, o que exige, tanto deles quanto de suas famílias, níveis elevados de sacrifício e vontade de servir seu país³⁷.

Contudo, as ameaças que são apresentadas neste novo século são bastante diferentes das dos nazistas na Normandia,

36 Esta definição ainda é usada nos manuais das Forças Armadas brasileiras.

37 Rosa Brooks, depois de servir por dois anos no Pentágono e se casar com um oficial das Forças Especiais, percebeu que uma das maiores dificuldades na gestão de recursos humanos das Forças Armadas dos Estados Unidos são os longos períodos de *deployment* pelos quais a maioria dos militares precisa passar e a quantidade de famílias desfeitas em decorrência de mortos e mutilações. Se o povo do Brasil exige uma nova postura nos assuntos mundiais, este pode ser um dos maiores desafios para as Forças Armadas brasileiras.

ou dos turcos em Gallipoli. Um profundo olhar no panorama global pode nos mostrar quão diferentes são as características do século XXI no uso das tropas anfíbias em busca de garantir a manutenção da harmonia da ordem internacional. Marinhas pós-modernas, assim como as *thalassokratias* antigas, estão dispostas a empenhar-se por um mundo ajustado, criando um ambiente perfeito para o desenvolvimento do comércio e o crescimento econômico. Sempre contra a criação de impérios mundiais, *seapower states* compreendem que um sistema internacional liberal precisa ser defendido, contanto que ele possa fornecer segurança e proteção na busca do direito à vida, à liberdade e à propriedade³⁸. As novas ameaças de hoje não pedem alto nível de poder de fogo, bombas A ou H, nem uma alta capacidade de destruição. Em vez disso, para manter o *status quo*, *seapower states* devem cooperar com outros países na manutenção de sua estabilidade política, social e econômica. Mesmo a corrida por meios autônomos e remotamente pilotados deste século não pode fornecer ajuda humanitária (uma vez que isso deve ser feito por seres humanos), pois esta inclui atividades que exigem sentimentos e compreensão das características intrínsecas das nações e dos povos³⁹. Navios, aviões e mísseis não são capazes de realizar tais missões sem tropas anfíbias a bordo. Neste cenário, estas tropas devem estar cientes de várias questões, como a história do país, sua língua, o panorama político

e social e, acima de tudo, seu papel no contexto específico⁴⁰.

Uma vez que nenhum país hoje pode exercer completa vigilância sobre as águas de todo o mundo (mesmo contando com os satélites mais modernos), tais missões devem ser realizadas de forma multinacional. Furacões, pirataria, drogas e tráfico de seres humanos, e até mesmo a segurança dos navios mercantes, devem ser tarefas dos marinheiros e de tropas anfíbias. A explosão de ameaças comuns e que a todos influenciam exige padronização internacional de procedimentos entre as forças anfíbias, proporcionando o ambiente operacional necessário para estas missões. Para a padronização dos procedimentos, há a necessidade de padronização dos ativos e suprimentos. Desde que operações conjuntas (e combinadas) são o *core business* das tropas anfíbias, não deve haver qualquer dúvida quanto à importância de uma cadeia de suprimentos padronizada. A fim de alcançar tal padronização, tropas anfíbias (pelo menos aquelas que compartilham o mesmo ambiente estratégico) devem ser (re)construídas, observando-se procedimentos operativos padrão específicos para novas ameaças em seu ambiente estratégico. Tropas anfíbias pós-modernas devem, portanto, iniciar um processo de padronização.

Podemos resumir as três principais tarefas de tropas anfíbias no século XXI: manutenção da harmonia (estabilidade política, econômica e social) sobre o seu ambiente

38 Como mostrado em *A Sociedade Anárquica*, de Hedley Bull.

39 A necessidade de diminuição de custos criou uma tendência ao desenvolvimento de tecnologias inteligentes, como podemos observar pelos programas de desenvolvimento tecnológico da Marinha norte-americana USN e no Centro de Pesquisa Submarina da Otan, o CMRE.

40 Notória a preocupação dos Estados Unidos com a vertente mais humana de seu *hardpower*. Em um documento redigido a seis mãos (USMC, USCG e USN), a formação dos recursos humanos (língua, história e relações internacionais para aumentar a capacidade de cooperação entre o Poder Naval americano e o das Marinhas aliadas) é enfatizada.

estratégico⁴¹; aumento do poder diplomático do país em fóruns multilaterais⁴²; e contribuir para o desenvolvimento da indústria nacional (autóctone) de defesa, sobretudo no âmbito C4I⁴³. Estas novas tarefas, muito diferente de invadir a Normandia, capturar Gibraltar ou desembarcar na Suécia, são, de forma abrangente, destinadas a garantir o *status quo* mundial, impedindo o caos da sociedade anárquica.

A primeira tarefa é apenas uma continuidade das características reconhecidas de tropas anfíbias descritas acima. Com sua versatilidade e flexibilidade inerentes, as tropas a bordo devem estar prontas para se envolver em uma miríade de situações. O foco na ajuda humanitária engloba

várias tarefas, que variam desde a reconstrução/reforço de instalações de saúde até a manutenção da estabilidade político-social. As tarefas derivadas da principal missão podem se espalhar em diversos objetivos secundários, como tratamento e distribuição de água, reconstrução de usinas de energia, distribuição de alimentos e apreensão de grupos ilegais, paramilitares ou não,

terroristas ou narcotraficantes. Esses novos recursos exigem uma nova estrutura para o gerenciamento de Unidades Expedicionárias da Força de Fuzileiros da Esquadra (Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais – GptOpFuzNav), transformando uma já complexa força-tarefa militar em uma ainda mais dinâmica e diversificada, cuja organização *ad hoc* exigirá uma

abordagem holística do problema militar proposto pelas circunstâncias.

A segunda tarefa é uma consequência da primeira: apoiar o governo de outras nações na contenção de suas tragédias (sociais ou geográficas). Sem sombra de dúvidas, o Estado cujo Poder Anfíbio projetar-se desta forma

experimentará crescente prestígio em fóruns multilaterais⁴⁴. A vertente anfíbia da Expressão Militar de *Amphibious Power States* será sempre utilizada na garantia da estabilidade regional e, em consequência, do mundo, evitando-se, desta forma, conquistas arbitrárias e imperialistas. A força diplomática brasileira, portanto, só tem a ganhar com o crescimento da importância

A diplomacia brasileira só tem a ganhar com o crescimento do Poder Anfíbio. Ela se baseia na propriedade intelectual de diplomatas e no poder militar. O pacifismo coopera para um mundo seguro e justo

41 Um documento escrito pelo USMC, USN e USCG resume a maior parte da preocupação dos EUA sobre a paz mundial e a manutenção da estabilidade. A Estratégia Cooperativa é responsável não apenas pela maior presença de navios de USN por todo o mundo, mas também pelo crescente número de parcerias com as Marinhas estrangeiras.

42 A manutenção de uma tropa anfíbia adequada aumenta a capacidade de missões expedicionárias sob a bandeira das organizações multilaterais.

43 Como a operação mais complexa, que exige um grande nível de cooperação entre as forças singulares, o assalto anfíbio (assim como a projeção de poder sobre terra) depende da integração entre Marinha, Exército e Força Aérea para ser realizado, exigindo uma colaboração para o desenvolvimento de tecnologia padrão.

44 Não à toa países que compõem a *Uniting for Consensus* – UFC (Paquistão, Itália, Espanha, Argentina, Turquia, Canadá, México e Malta) possuem 7.361 militares envolvidos em missões de paz da ONU, enquanto o G4 (Brasil, Japão, Alemanha e Índia) mantém 6.989. Tanto a UFC quanto o G4 são proponentes de mudanças estruturais no Conselho Permanente de Segurança da ONU (The World Bank e UN Peace Operations)

do Poder Anfíbio nacional. Uma vez que essa força será sempre baseada na propriedade intelectual dos seus diplomatas e, em seguida, no poder duro dos militares, o pacifismo brasileiro estará ligado incondicionalmente à sua vontade em cooperar para um mundo mais seguro e justo⁴⁵.

Com o papel de guardiães do *status quo* (assim como os britânicos entre o final do século XVII e início do XX), *amphibious power states* devem gastar grandes quantias na manutenção de sua capacidade anfíbia, ganhando em troca prestígio e respeito, o que nos leva ao terceiro aspecto de tropas anfíbias: o desenvolvimento da indústria de defesa nacional ou, como consta em nossos documentos oficiais, da Base Industrial de Defesa. Investimentos na área de C4I, construção naval, tecnologias de controle do espaço aéreo e ativos terrestres são essenciais para garantir sua liberdade e soberania na cadeia de suprimentos. Essa é a razão pela qual um *amphibious power state* deve ser claramente democrático, permitindo que grandes investimentos no serviço militar sejam decididos de forma transparente pelo povo. A escolha de se tornar um *amphibious power* e de usar tropas de fuzileiros navais como uma ferramenta diplomática é uma decisão do Estado, regido por um governo que reflita a vontade da nação. Além disso, benefícios secundários no desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (emprego; capacidades em ciência, tecnologia e R&D;

e prestígio nacional) aumentam seu apelo político e popular.

Uma questão importante é que, como destacado acima, o Poder Anfíbio de *seapower states* do século XXI deve ser desenvolvido cooperativamente. Apesar da natureza anárquica do mundo e dos desafios que uma doutrina e indústria de defesa combinadas podem apresentar para a sensação de segurança dos militares e do governo, Marinhas pós-modernas estão conscientes quanto à dificuldade de se trabalhar sozinho⁴⁶. *Amphibious power* precisa ser padronizado regionalmente, pelo menos, de modo que a confiabilidade em operações combinadas tenha um nível adequado e que operações expedicionárias possam ser realizadas de maneira mais frequente. Daí deriva a importância das organizações multilaterais e do liberalismo nas relações internacionais: no intuito de se tornar um *amphibious power*, um país deve inserir em seu pensamento militar a doutrina de organizações multilaterais e de operações conjuntas, bem como seu processo decisório deve levar em conta as vontades da sociedade das nações.

Uma das principais tarefas da Marinha é o controle do mar. Assim como na Força Aérea, onde superioridade aérea (ou a condição aérea favorável) é exigida para a operação⁴⁷, no mar não podemos empregar navios (ou qualquer outra plataforma) com segurança sem que haja o comando do mar. Por isso as Marinhas em todo o mundo estão constantemente

45 Três aspectos reforçam tal argumento: a maioria das nossas fronteiras foi definida diplomaticamente, o Brasil não tomou parte na “partição do mundo” da Era dos Impérios, e nosso papel no concerto das nações sempre foi de conciliação, em lugar de confrontação.

46 Ver nota 34.

47 A Batalha da Inglaterra permanece como um dos exemplos mais formidáveis da necessidade de superioridade aérea para atingir os objetivos da Aeronáutica. A superioridade dos pilotos da *Royal Air Force*, quando comparados aos da *Luftwaffe*, foi o aspecto-chave desta vitória. Ao mesmo tempo, a capacidade monstruosa em formação de recursos humanos dos norte-americanos foi crucial para a vitória na Guerra Aeronaval do Pacífico contra os japoneses.

procurando aumentar o número de navios e suas capacidades de sistemas de armas e detecção⁴⁸. Manter o controle do mar, no entanto, como nos apresenta Till, “é muito menos sobre operações de mar aberto contra frotas opostas, e é muito mais provável que seja definido em regiões litorâneas”. Essa é a razão pela qual a Grã-Bretanha, como mostrado acima, manteve a sua Marinha capaz de guardar e conquistar *chokepoints*.

O controle do mar é essencial para a boa ordem no mar e para a perenidade do sistema econômico mundial. Independentemente do país, a necessidade de segurança nas águas azuis é essencial para o crescimento econômico e consequentes melhorias no padrão de vida. Basta que observemos o papel da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Rússia, China, Índia e de alguns países do sudeste africano, componentes da União Africana, no combate à pirataria no Chifre da África e no Norte no Oceano Índico. Mas, como Stavridis diz, o mundo não pode contar apenas com Sea Power (Poder Naval) contra ameaças como a pirataria. Estabilizar o país e dar a seu povo meios adequados de prosseguir é uma tarefa de *amphibious power*, a partir da projeção de poder em terra. E, como a história tem mostrado, instabilidades no mar só podem ser controladas com atuação em terra. Apesar do mundo marítimo altamente avançado tecnologicamente em que vivemos, é essencial, para um país com interesses globais, manter as tropas anfíbias em seu arsenal.

O século XXI apresenta ameaças diferentes, e o panorama internacional exige que sejam combatidos de forma diferente. Para manter o controle do mar e sua boa ordem, tropas anfíbias devem possuir várias capacidades: ajuda humanitária, controle de doenças, estabilização social, controle de distúrbios e assim por diante. O Exército, por outro lado, deve ser mantido como uma força de defesa e como uma força expedicionária de estrito poder duro, enquanto os Fuzileiros Navais, tendo a postura de poder duro, precisam possuir a versatilidade essencial de realizar tarefas das mais diversas, sobretudo conquistar objetivos marítimos que exijam projeção de poder para criar um efeito político, econômico, militar em terra ou no mar⁴⁹. Poder Anfíbio é hoje um “*must*”, e não um “*plus*” da Expressão Militar, exigindo grandes esforços políticos para seu necessário investimento e sua manutenção e fazendo as mudanças estruturais para que o nível estratégico (ministros e comandante da Marinha) possa utilizá-lo sempre que o ambiente estratégico⁵⁰ requerer.

POR QUE PRECISAMOS DE PODER ANFÍBIO?

A história brasileira é permeada pelo mar. À beira-mar fomos “descobertos” pelas Grandes Navegações europeias; pelo mar os colonizadores e os primeiros (e mais) invasores vieram. Foi, e ainda é, através do Atlântico que grande parte do comércio é realizada, e os maiores feitos estratégicos de nossa história militar são

48 O aumento de navios e do poder de fogo e de C⁴I é bastante enfatizado no documento que versa sobre o ano fiscal de 2020 dos EUA. Almeja-se alcançar 355 plataformas.

49 Speller, p. 130.

50 De acordo com Golbery, América do Sul, África Ocidental e Atlântico Sul. No ponto de vista do autor, o ambiente estratégico brasileiro é bem além dessas fronteiras geográficas, abrangendo anseios econômicos e políticos, como o Oceano Índico, Mar do Sul da China, Sudeste do Pacífico e todo o Atlântico, além do Ártico.

cercados pelo Prata e pelo Atlântico Sul. A primeira missão expedicionária por tropas oficiais brasileiras foi realizada pela Brigada Real de Marinha, organização que deu origem ao Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil. Perpetrando um dos maiores golpes nos territórios franceses ultramarinos (junto a conquista das Ilhas Caribenhas e do território francês na América do Norte pelos britânicos), o Reino Português conquistou a capital da Guiana Francesa. O CFN tornou-se parte essencial da Marinha e adquiriu um papel expedicionário sob os auspícios do Almirante Sylvio de Camargo. Concebido como a “Força Expedicionária Brasileira” *par excellence* sob o Almirante Monteiro e o Ministro Jobim, os Fuzileiros Navais são a força decisiva para a projeção do Brasil como potência militar e diplomática no século XXI. A compreensão do panorama global é essencial para o desenvolvimento de tal força. Como o braço diplomático da República Federativa do Brasil, o CFN deve doravante ser concebido como o ativo mais importante da projeção do Poder Militar brasileiro.

Analisemos, pois, dois países que conseguiram desenvolver suas capacidades anfíbias e qual o sentido deste desenvolvimento: Reino Unido (UK) e Estados Unidos da América. Pela compreensão de sua história, é possível entender por que a capacidade anfíbia foi gerada e por que ela continua a ser essencial para a projeção destes países, apesar de serem estados nucleares (ou seja, possuem capacidade atômica e bombas em seu arsenal).

O USMC possui quatro tarefas principais, conforme descrito no Artigo 10 USC

§ 8063: “fornecer forças de fuzileiros para forças-tarefa combinadas, em conjunto com componentes de apoio aéreo, para o serviço com a esquadra na apreensão ou defesa de bases navais avançadas e para a realização de operações terrestres essenciais para a consecução de uma campanha naval; fornecer destacamentos para o serviço armado na Marinha; fornecer destacamentos de segurança para a proteção da propriedade naval, estações navais e bases, e executar outras tarefas determinadas pelo presidente”. As três primeiras tarefas são o núcleo de uma força anfíbia tradicional corbettiana⁵¹. Como nos Royal Marines, o USMC possui abordagem global e pode ser utilizado em qualquer momento e lugar, o que requer um alto nível de profissionalismo e apoio logístico onde quer que ele atue.

No Brasil, a Força Naval (Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra – ComFFE, o braço terrestre do Comando de Operações Navais) delimita sua missão como “preparar e fornecer Grupo Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) para operações e ações de guerra naval, e outras situações de emprego, delineados na Doutrina Militar Naval”. A Doutrina Militar Naval (DMN) especifica 19 operações e 11 ações, além do emprego benigno e limitado da força. Diante de tal miríade de tarefas, é difícil manter um escopo, embora os Fuzileiros Navais do Brasil englobem a cerca de 17 mil homens em armas, e os Royal Marines, 8.510. Nos últimos dez anos, o ComFFE foi usado na ajuda humanitária no terremoto do Chile; nos deslizamentos de terra e nas enchentes

51 Como Corbett explica (26-30), expedições militares não podem ser tratadas como guerras entre dois Estados contíguos. Enquanto as forças anfíbias devem sempre ser usadas em guerras limitadas (no sentido clauswitziano), elas não devem “se voltar contra a força armada dos beligerantes, mas sobre a quantidade de força que são capazes ou dispostos a trazer para a o ponto decisivo”. Fuzileiros Navais são forças que não determinam guerras, mas contribuem para o comando do mar, apenas possuindo *raison d’être* quando usados em missões expedicionárias.

em Nova Friburgo e Santa Cruz da Serra, mantendo suas tropas treinando para assaltos anfíbios clássicos (que consiste em quatro exercícios principais durante o ano, compreendendo eixo de adestramento); e em missão de estabilização no Haiti.

Desde a criação da Liga das Nações, o Brasil exige uma participação mais assertiva nos assuntos mundiais. Não apenas por suas potencialidades geográficas, o pensamento diplomático brasileiro tem apresentado a República Federativa do Brasil como um colosso, fato que não é seguido pela vontade militar e tradição histórica brasileira em não interferir nos assuntos mundiais. A saída do Brasil da Liga pelo Presidente Arthur Bernardes mostra a vontade constante de um lugar ao sol e que o assento como membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas é um Objetivo Nacional Permanente. O alinhamento do Brasil com o Sul durante o Governo Lula (2002-2010) poderia ter sido um novo passo dentro do mundo da *Power Politics*, com as Forças Armadas brasileiras atuando por meio do emprego de GptOpFuzNav em várias missões de paz da ONU, de manobras conjuntas com a Rússia e a China e de exercícios navais com as Marinhas dos Estados Unidos e da África do Sul. As contenções financeiras tiveram papel fundamental na decisão de diminuir o escopo desta expansão de atuação.

O século XXI exige uma postura mais assertiva do Brasil nos assuntos internacionais. Assumir o papel de Marinhas pós-modernas por meio da “busca por um ambiente de cooperação com as Marinhas

amigas e órgãos de segurança dos países vizinhos e lindeiros ao Atlântico Sul é a postura estratégica a ser adotada”⁵². Há que se compreender, contudo, que atividades realizadas em locais afastados do Cabo da Boa Esperança ou do Estreito de Magalhães também influenciam o equilíbrio regional (*inter alia*, a possibilidade de navegação estendida do Ártico; atuação de piratas no Índico, no Estreito de Málaca ou na Tríplice Fronteira – Indonésia, Filipinas e Malásia; tráfico de drogas e pessoas no Caribe; e crises migratórias no Mediterrâneo influenciam diretamente o fluxo comercial brasileiro, haja vista causarem instabilidades sociais e econômicas em nossos maiores parceiros comerciais – não necessário frisar o balanço no preço de combustível quando crises abalam o Oriente Médio). Uma Marinha capaz de manter a estatura político-estratégica do Brasil não pode ser restrita ao Atlântico Sul⁵³. Assim como a Inglaterra, deve ser capaz de manter a cadeia de abastecimento e de valor de sua economia, garantindo o fluxo de bens (*inside* em *outside*) e a segurança das águas de interesse nacional. Na exportação, Ásia (42% – China 22%), Europa (20% – Holland 3,5%) e América do Norte (16% – EUA 11%) são os destinos mais elevados. Na importação, Ásia (36% – China 19%), Europa (27% – Alemanha 6,6%) e América do Norte (19% – EUA 15%) ainda são os principais parceiros⁵⁴, nenhum deles possuindo linha costeira no Atlântico Sul. Manter uma “zona de paz e cooperação no Atlântico Sul” certamente exige meios navais de monta, mas estes

52 Conforme disposto no item 4.5 da Política Naval, p. 30.

53 Na Política Naval, a Visão de Futuro da Marinha do Brasil é “dimensão compatível com a estatura político-estratégica do Brasil no cenário internacional, capaz de contribuir para a defesa da Pátria e salvaguardar os interesses nacionais, no mar e nas águas interiores, em linha com os anseios da sociedade”. É essencial destacar que a China é o maior parceiro econômico do Brasil, seguido por EUA e União Europeia.

54 Disponível em: <https://oec.world/pt/profile/country/bra/#Destino>. Acesso em: 26 dez. 2019.

estariam muito aquém daquilo que realmente é necessário para a manutenção de uma maior inserção do Brasil no sistema Internacional, da *Weltpolitik* brasileira⁵⁵.

A fim de manter a adequada correlação entre os Fuzileiros Navais e os desejos diplomáticos do Brasil, primeiro deve haver um verdadeiro alinhamento entre o Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN) e o Ministério das Relações Exteriores. Como a Força Expedicionária brasileira, os Fuzileiros Navais, com o apoio dos meios navais e aeronavais, devem ser capazes de projetar-se onde quer que os objetivos diplomáticos determinem, fornecendo o *amphibious power* adequado na garantia da segurança dos principais Slocs caros à nossa estabilidade econômica⁵⁶ e sendo capaz, portanto, de realizar missões em *chokepoints* e Slocs (sozinho com ativos brasileiros ou com aliados sob um comando combinado), visando à manutenção do *status quo* e da estabilidade entre as nações.

China, América do Norte e Europa são os responsáveis por quase 80% da exportação e importação de produtos, apresentando o maior nível tanto de importação quanto de exportação de cerca de 95% de nossos produtos. Desnecessário dizer, desta feita, que manter o fluxo marítimo ao longo dos Slocs que englobam este comércio é essencial para o Brasil, assim como Gibraltar, Boa Esperança, Málaca e Suez foram (e ainda são) para a segurança

e a economia britânicas e o Panamá para os EUA. Dispor navios de patrulha pelos Slocs era (e ainda é) tão importante quanto controlar *chokepoints*, não permitindo ao inimigo (Espanha nos séculos XV e XVI, França nos séculos XVIII e XIX e os alemães no século XX) interromper seu comércio a ponto de colocar em xeque sua capacidade de prosseguir na guerra, ao mesmo tempo que estrangula sua cadeia de suprimentos.

No caso chinês, a geopolítica apresenta exatamente esta preocupação. A Belt and Road Initiative (BRI) visa “diminuir” as distâncias marítimas e terrestres com a construção de grandes instalações de logística. Usando uma abordagem mahaniana, a China tem como propósito um controle pleno de portos em países onde ela detém interesses (financeiros e geopolíticos), mantendo um olho na segurança de seu entorno estratégico. A recente construção de um porta-aviões reflete a preocupação chinesa em relação ao fluxo contínuo de mercadorias para fora do território chinês e de matérias-primas provenientes dos “Estados Tributantes”⁵⁷. Os planos chineses de *Weltpolitik* incluem padronização da tecnologia (5G/6G), reconstrução de organizações mundiais tradicionais (New Development Bank, em substituição ao International Monetary Fund e ao World Bank) e a criação de novos alinhamentos (Organização para Cooperação de Xangai/Brics/BRI).

55 Este termo não deve ser entendido como uma pontuação guilhermina. Como explicitado por Margaret MacMillan, a *Weltpolitik* representava, para a Alemanha de fins do século XIX e início do XX, “colocar a Kaiser e seu país no centro dos assuntos do mundo, onde eles pertenceriam”. Em vez disso, deve ser compreendida como uma inserção mais assertiva do Brasil nos assuntos mundiais, refletindo o desejo antigo do Brasil de obter um assento como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

56 Brasil x Europa (Hamburgo e Antuérpia); Brasil x Ásia (China); Brasil x EUA.

57 Kissinger faz uma soberba narração sobre a história da China e de como, através dos tempos, esta tem tratado as nações em seus arredores como reinos menores, como pessoas que deveriam ser gratas por aderir à cultura chinesa e à sua superioridade tecnológica ou delas compartilhar. Esta cultura de superioridade criada dentro do pensamento do Reino Médio se reflete não apenas na Missão McCartney, mas nos cem anos que começam com as Guerras do Ópio e terminam na Revolução Comunista de Mao Zedong.

Exatamente por sua visão global de relações exteriores é que os navios chineses patrulham o estreito de Hormuz, no Oceano Índico e no Mar do Sul da China, permitindo que a Marinha do Exército Popular de Libertação mostre bandeira entre outras nações de Forças-Tarefa da Otan e da União Africana. Acima de tudo, a China entende o papel dos Fuzileiros Navais. O Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Exército Popular de Libertação (PLANMC) está estruturado em duas brigadas de 6 mil homens cada, reforçadas com aeronaves, navios anfíbios e porta-aviões⁵⁸. Contando com quase 20 mil homens, o PLANMC é uma força dissuasiva não apenas para a óbvia Crise de Taiwan (que, segundo sua Estratégia de Defesa, continua como uma parte da China Continental), mas também para a atuação em áreas de interesse.

Um país que deseja desenvolver sua *Weltpolitik* precisa de uma força expedicionária adequada, apesar do ambiente pacífico que o século XXI trouxe aos povos do mundo. Depois de séculos de lutas, duas grandes guerras e uma guerra fria sem vencedores reais⁵⁹, novas ameaças exigem novas abordagens. Ecos do Apaziguamento Britânico dos anos 1930 podem ser vistos hodiernamente na opacidade e omissão das grandes potências militares de outrora em utilizar sua total potência bélica para acabar com crises, cujo exemplo mais proeminente é o *Joint Comprehensive Plan of Action*. É impossível para um país (uma ilha ou um continente) tornar-se um *player* global sem uma Marinha forte e que reflita seus anseios; e é impossível a uma Marinha assegurar a posição global de seu país sem tropas anfíbias adequadas que permitam

o fiel cumprimento das tarefas básicas do Poder Naval. Os navios nucleares e mísseis balísticos não podem apagar o fato de que o desenrolar das batalhas navais de Salamina, Trafalgar, Lepanto, Jutland e Coronel só foi definido graças a tropas em terra, fossem elas formadas por gregos na planície da Tessalônica, cruzados na Península Ibérica ou anglo-franceses nos campos europeus.

A pergunta crucial que devemos tentar responder ao medir as capacidades do *amphibious power* brasileiro é: “O Brasil é um *continental power* ou um *seapower*?”. Assumindo que ele nunca teve a pretensão de se engajar em um concurso de poder marítimo com outras nações do mundo, e que suas grandes guerras foram travadas sobre o Prata, talvez se conclua que o Brasil, como a Rússia ou os EUA, é uma potência continental. Mas há algumas questões que tornam nossa situação muito específica. Se por um lado o Exército, desde a Guerra do Paraguai, tem uma mão superior no jogo da política (tendo sido responsável por mudanças de regime político e de alinhamento diplomático, por exemplo), por outro, cerca de 20% do nosso PIB é baseado em atividades marinhas e 70% de nossa população vive no litoral do Atlântico Sul. O modelo de colonização de *plantation* restringiria o povo brasileiro ao solo, às principais cidades construídas durante a história do Brasil, e o rápido processo de industrialização foi responsável pela concentração do povo brasileiro próximo à costa. Agindo como um ator global, Dom João VI, em sua chegada ao Brasil, foi responsável pela queda de Caiena (capital do império francês na América do Sul), e a Marinha

58 Disponível em: <https://thediplomat.com/2013/10/chinas-pla-marines-an-emerging-force/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

59 O contraste entre o fim da história de Fukuyama e a gênese da Era dos Extremos de Hobsbawn é notório.

foi responsável pela conexão e integração do território. A grande dependência de nossa conformação histórico-político-social em relação à parte aquosa de nosso território e do mundo nos permite afirmar que o Brasil possui grande potencialidade de se desenvolver como Poder Marítimo e, conseqüentemente, em decorrência de sua continentalidade, como Poder Anfíbio.

CONCLUSÕES

Ao longo da história da civilização, os oceanos executam papel de grande relevância no delineamento do balanço de poder. Através de suas linhas de comunicações, o comércio, a informação e novos métodos e ideias foram transportados, num caminho crucial de integração. Desde Salamina e das guerras do Peloponeso aos atritos contemporâneos entre China e EUA no Pacífico, passando por inúmeras batalhas, como Lepanto, Accium e Jutlândia, o mar tem moldado uma grande porcentagem do pensamento humano, influenciando na estratégia do Estado e no gerenciamento da *pólis* por seus estadistas. Apesar do papel que personagens conspícuos tiveram na história (John Quincy Adams, Abe Lincoln, Ted Roosevelt e Woodrow Wilson, nos EUA; Frederick Wilhelm I, Frederick II e Bismarck, na Prússia/Alemanha; e Luís XIV, na França⁶⁰), o século XXI apresenta uma grande oportunidade: com a disseminação da democracia, as pessoas terão um papel de crescente importância nas decisões estratégicas dos Estados.

Os esforços para se tornar um *seapower state* refletiram-se em uma contínua necessidade de garantir a perenidade na construção de navios de guerra, sobretudo quando observamos a gênese de Marinhas em tradicionais poderes continentais, como Rússia e França. Havia, desta forma, um grande desprezo quanto à necessidade de formação de tropas anfíbias, combatentes forjados especificamente para a vida no mar e o caráter expedicionário. Por outro lado, uma análise mais profunda da história da ascensão de *seapower states* ressalta a importância do desenvolvimento concomitante de navios (e facilidades de construção e manutenção), marinheiros e fuzileiros navais. A construção de fortalezas portuguesas na costa da África, as invasões das Américas, a conquista de *chokepoints* pelos britânicos e o controle dos Slocs pelos americanos foram conquistas obtidas por este trinômio, e estadistas com visão de futuro precisam compreender isso.

Países como Brasil, China, Índia e Rússia (Brics) nunca foram *seapower states*, apesar de seu objetivo compartilhado de vontade de potência. Desenvolvendo suas Marinhas por necessidade de sobrevivência (como foi o caso com Pedro, Stálin e Kruchev e, agora, da China) e mantendo o pesado fardo das restrições financeiras, poderes continentais sempre tiveram foco na construção de um Exército colossal, contando com Marinhas regionais para evitar uma invasão marítima. O alto nível de globalização e as novas ameaças exigem, a qualquer país que deseje maior inserção

60 Gaddis e Kissinger apresentam argumentos que sustentam serem decisões tomadas por personagens importantes as grandes responsáveis por traduzir o desejo do povo nas decisões estratégicas e políticas. Lambert, contudo, apresenta que a democracia é essencial para o desenvolvimento de *seapower states* e, conseqüentemente, para o crescimento contínuo da capacidade anfíbia. A disseminação dos princípios democráticos ocidentais em boa parte do mundo pode diminuir a importância destas pessoas-chave, exigindo que o povo faça escolhas políticas certas.

nos assuntos mundiais, uma Marinha e uma tropa anfíbia adequadas, capazes de assumir várias tarefas, desde um assalto anfíbio clássico até ajuda humanitária e resposta a ameaça nuclear. Os novos meios navais desses países devem estar alinhados com seus desejos diplomáticos, refletindo como o país deseja projetar sua imagem entre as nações.

Devido a sua tradição diplomática de paz e repúdio à guerra e ao conflito na resolução de controvérsias, estadistas devem compreender a importância do Poder Anfíbio nacional e que o desenvolvimento de uma tropa anfíbia se reflete no aumento de várias capacidades, desde C4I até indústria naval. Acima de tudo, o Poder Anfíbio do Brasil exige a expansão dos tratados de cooperação em defesa e segurança, aumentando a capacidade de projeção militar a cada Sloc, de cujas proteção e perenidade nosso crescimento econômico depende. O CFN é elemento-chave neste esforço, uma vez que representa a capacidade de projeção de poder, tanto no movimento navio para terra (contribuir para a estabilização de países e proteção de pontos focais) quanto navio para navio (garantindo a segurança da navegação e o ativo combate a ilícitos em alto-mar, como tráfico de drogas e de pessoas e terrorismo), contribuindo para a manutenção da segurança dos Slocs. As atividades consagradas de tropas anfíbias (assaltos, demonstrações, projeções e retiradas) continuam sendo o *core business* das tropas anfíbias, além de operações

ofensivas que visam à conquista e ao controle de comunicações marítimas inimigas, objetivos geográficos e *choke-points* que tenham comando sobre Slocs⁶¹. Forças Anfíbias são, portanto, essenciais para as Marinhas pós-modernas no século XXI⁶².

Neste panorama, o CFN deve ser compreendido como um ramo estratégico das Forças Armadas, capaz de atuar em qualquer ambiente por que passem Slocs de relevância econômica ao Brasil, em contato direto com o poder político. O ComFFE, seu braço operacional, precisa refletir os desejos dos negócios estrangeiros, indo ao encontro dos objetivos econômicos. Acima de tudo, para se tornar um *amphibious power*, o Brasil deve desenvolver uma cultura de *Weltpolitik*, aumentando a sua projeção de poder global, mostrando ao povo brasileiro os prós e os contras de tal política. A reativação da capacidade diplomática dos Brics (especificamente da China), o aumento da interação militar-naval com a União Europeia e com o Acordo de Livre Comércio da América do Norte – Nafta (EUA) é outra medida essencial para a compreensão, pelo povo, da importância do Corpo de Fuzileiros Navais na estabilização do *status quo* e da harmonia globais. Operações combinadas, como o Rimpac e a Unitas, e conjuntas e interações, como Ágatha e Rio Branco, são ótimas oportunidades para a diplomacia naval e uma postura mais assertiva do Brasil no exterior.

61 No capítulo 8, 9 e 10 de seu livro, Coutau-Bégarie mostra a evolução da Estratégia Naval e como os fuzileiros podem ser úteis para diversas operações navais.

62 Na página 36, Corbett apresenta como intervenções destinadas a interferências em planos de guerra do inimigo e privação do inimigo de usufruir de frutos de guerra pode ser suficiente para permitir que os objetivos de guerras ilimitadas sejam atingidos. Para nações mais fracas engajando potências com exércitos maiores (o que foi o caso da Grã-Bretanha contra a França Imperial), o desembarque anfíbio pode ser essencial para cortar a cadeia de abastecimento inimigo e conseguir a vitória por meio do desgaste. Isso exige uma Marinha forte o suficiente para controlar os Slocs inimigos – realizar interdições, negar o uso do mar e bloquear portos.

A não-existência de um país forte no âmbito América Latina e África (o entorno estratégico golberyano) apresenta uma excelente oportunidade para que o Brasil se estabeleça como um país de destaque na nova ordem mundial⁶³.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<FORÇAS ARMADAS>; Forças Anfíbias;

REFERÊNCIAS

- ALISSON, Graham. *Destined for War: Can America and China escape Thucydides's Trap?* New York: Mariner Books, 2018. 364 p.
- BROOKS, Rosa. *How Everything Became War and the Military Became Everything*. 1st edition. New York: Simon & Schuster, 2016. 438 p.
- BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica: Um estudo da ordem na política mundial*. Tradução por Sérgio Bath. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002. Título Original: *The Anarchical Society*. 361 p.
- CORBETT, Julian S. *Some Principles of Maritime Strategy*. First Published in 1911. South Carolina: Pantianos Classics, 2017. 184 p.
- COTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de Estratégia*. Tradução de Brigitte Bentolila et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. 776 p. Título Original: *Traité de stratégie*.
- DE BELOT, R. *A Guerra Aeronaval no Atlântico (1939-1945)*. Tradução de Leo Fonseca e Silva e Alexandre Matos de Souza Melo. Rio de Janeiro: Ed. Record. Título Original: *La Guerre Aeronavale dans l'Atlantique (1939-1945)*.
- DE BELOT, R. *A Guerra Aeronaval no Pacífico (1941-1945)*. Tradução de A. L. Porto e Albuquerque e Mário Rodrigues Barreto. Rio de Janeiro: Ed. Record. Título Original: *La Guerre Aeronavale du Pacifique (1941-1945)*.
- ENGLUND, Steven E. *Napoleão: Uma biografia política*. Tradução de Maria Luiza de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. Título Original: *Napoleon: A Political Life*.
- GADDIS, John L. *On Grand Strategy*. 1st edition. New York: Penguin Books, 2018. 368 p.
- HUNTINGTON, Samuel P. *The clash of civilizations and the remaking of world order*. Paperback Edition, New York: Simon and Schuster Paperbacks, 2011. 368 p.
- KEEGAN, John. *Inteligência na Guerra*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Paperback Edition. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994. 912 p.
- KISSINGER, Henry. *On China*. Paperback Edition. New York: Penguin Books, 2012. 604 p.
- KISSINGER, Henry. *World Order*. Paperback Edition. New York: Penguin Books, 2015. 420 p.
- LAMBERT, Andrew. *Seapower States: Maritime Culture, Continental Empires and the Conflict That Made the Modern World*. 1st edition. Llandysul, Cerendigion, Wales: Gomer Press Ltd, 2018. 399 p.

63 Huntington, na página 240, mostra como a América Latina e os países africanos foram sempre dependentes dos “estados fundamentais” para se desenvolver ou para se defender. Isso mudou, na verdade, com a ascensão da China, a Conferência de Bandung e, contemporaneamente, a coalizão regional de nações (Foro para o Progresso da América do Sul – Prosul e União Africana – AU).

- LYNN II, John A. “The grand strategy of the grand siècle: Learning from the wars of Louis XIV”. In: MURRAY, W. Sinnreich, R. LACEY, J. *The Shapping of Grand Strategy: Policy, diplomacy and war*. 2nd edition. New York: Cambridge University Press, 2014. Chapter 2, p. 34-62.
- MacMILLAN, Margaret. *The War that ended peace: How Europe abandoned peace for the First World War*. Paperback Edition. London: Profile Books Ltd, 2014. 699 p.
- MAHAN, Alfred T. “The Influence of Sea Power upon History (1660-1783)”. In: *The Essential A. T. Mahan Collection (English Edition)*. Seattle: Amazon, 2012.
- MONTEIRO, Álvaro D. “A Estratégia Nacional de Defesa e o Corpo de Fuzileiros Navais”. In: *O Anfíbio: A próxima singradura*. nº 28, Ano XXIX, Ed. Extra. Rio de Janeiro: Assessoria de Comunicação Social do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, 2010. p. 18-29.
- RICHMOND, H. *Statesmen and Sea Power*. 2 ed. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1974. 369 p.
- RICUPERO, Rubens. *A Diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Versal, 2017. 779 p.
- SPELLER, Ian. *Understanding Naval Warfare*. 1st edition. New York: Taylor & Francis Books, 2014. 217 p.
- STAVRIDIS, James. *Sea Power: the history and geopolitics of the world’s oceans*. Paperback Edition. New York: Penguin Books, 2018. 363 p.
- STEVENSON, David. *1914-1918: The history of the First World War*. Paperback Edition. London: Penguin Books, 2005. 729 p.
- TILL, Geoffrey. *Seapower: A Guide for the Twenty-First Century*. 2nd edition. New York: Routledge, 2009. 409 p.
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução Mário da Gama Kury. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2001, 584 p. (Clássicos IPRI, 2).